

ESTADO DE MATO GROSSO

## Câmara Municipal de Cáceres

Rua General Osório, Esq. c/ Coronel José Dulce, s/nº - CEP: 78200-000

Fone: (65) 3223-1707 - Fax: 3223-6862 - Cáceres - MT

Site: [www.camaracaceres.mt.gov.br](http://www.camaracaceres.mt.gov.br)

INTERESSADO: Executivo Municipal

ASSUNTO: Projeto de Lei Complementar nº 007, de 30 de julho de 2021,  
"Altera o caput do art. 338 da Lei Complementar nº 148 de 26 de dezembro de 2019."

PROTOCOLO Nº: 3.226/2021.

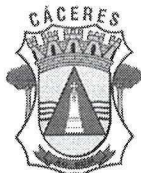
DATA DA ENTRADA: 20/08/2021.

<b>LIDO</b> NA SESSÃO DE: <b>LIDO</b> Na Sessão de: 23/08/2021	<b>VOTAÇÃO EM</b> 1º TURNO/ TURNO ÚNICO: <b>APROVADO</b> Na Sessão de: 30/08/2021	<b>VOTAÇÃO EM</b> 2º TURNO:
----------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------

DATA	COMISSÕES
	<input checked="" type="checkbox"/> Constituição, Justiça, Trabalho e Redação
	<input checked="" type="checkbox"/> Economia, Finanças e Planejamento
	<input type="checkbox"/> Saúde, Higiene e Promoção Social
	<input type="checkbox"/> Educação, Desportos, Cultura e Turismo
	<input type="checkbox"/> Transportes, Urbanismo, Serviços e Obras Públicas
	<input type="checkbox"/> Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente
	<input type="checkbox"/> Fiscalização e Controle
	<input type="checkbox"/> Especial
	<input type="checkbox"/> Mista

OBSERVAÇÕES:

URGENTE



LEITURA NA SESSÃO

23 / 08 / 2021

Estado de Mato Grosso  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Ofício nº 1.041/2021-GP/PMC

Cáceres - MT, 02 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
**VER. DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS**  
Presidente da Câmara Municipal de Cáceres  
Rua Coronel José Dulce, esq. Rua Gal Osório  
Cáceres – MT - CEP 78210-056

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES  
Em 20 / 08 / 2021  
Horas 10:29 Sob nº 3226  
Ass. Eliene Liberato Dias

Identificação Interna: Memorando nº 23.310/2021, de 28/07/2021

Senhor Presidente:

Submetemos à apreciação dessa Egrégia Corte o Projeto de Lei Complementar nº 007, de 30 de julho de 2021, que *Altera o caput do art. 338 da Lei Complementar nº 148 de 26 de dezembro de 2019*, acompanhado de respectiva Mensagem, em anexo.

Pela importância do Projeto de Lei em análise, esperamos contar com o apoio dessa Casa de Leis, ao tempo que solicitamos a Vossa Excelência e demais vereadores que deliberem e aprovem-no, nos termos do Regimento Interno dessa Casa, em caráter de **urgência urgentíssima**, justificada na mensagem, inclusa.

Ao ensejo, reafirmamos os votos de estima e consideração, extensivo aos seus nobres Pares.

**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**  
Prefeita de Cáceres

CĂRȚI AMASATE

\_\_\_\_\_





Estado de Mato Grosso  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Ofício nº 1.041/2021-GP/PMC - fls. 02

**Mensagem relativa ao Projeto de Lei Complementar nº 007,  
de 30 de julho de 2021.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, Mato Grosso:  
Senhores Vereadores:

Temos a honra de encaminhar à elevada deliberação dessa Nobre Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei Complementar nº 007, de 30 de julho de 2021, que *Altera o caput do art. 338 da Lei Complementar nº 148 de 26 de dezembro de 2019.*

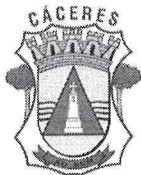
Com fundamento na Constituição Federal, que dita que compete aos Municípios, Estados e à União a função de legislar sobre tributos e taxas que lhes interessam diretamente, a presente proposta legislativa tem o objetivo aumentar o prazo de parcelamento da dívida ativa, a fim de facilitar o seu pagamento pelo contribuinte aos cofres públicos municipais.

Acontece que a Lei Complementar nº. 148, de 26 de dezembro de 2019, em seu artigo 338, atualmente, permite ao contribuinte devedor da dívida ativa o parcelamento de seu débito em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

Entendemos que, diante dos fortes reflexos da pandemia da Covid-19 na economia, o aumento do prazo para pagamento dos débitos tributários e não tributários, junto à Fazenda Municipal, resultará em uma melhor adesão a uma eventual campanha de chamamento desses contribuintes.

Portanto, o dispositivo merece ser alterado, visto que, ainda, irá proporcionar àqueles munícipes de menor poder aquisitivo a oportunidade de quitar os seus débitos, motivo pelo qual a gestão municipal entende que **referido parcelamento deverá ser estendido para o prazo de 48 (quarenta e oito) parcelas**, mantendo-se as demais disposições.





Estado de Mato Grosso  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**

Ofício nº 1.041/2021-GP/PMC - fls. 03

Dessa forma, é a presente proposta para alterar o artigo 338 da Lei Complementar de nº. 148/2019.

Pela importância do Projeto de Lei Complementar em análise e, especialmente, por se tratar de um instrumento jurídico a favorecer tanto o Município, no aumento da arrecadação, quanto os contribuintes devedores, na quitação de suas dívidas, solicitamos a Vossa Excelência e demais vereadores que deliberem e aprovem-no, nos termos do Regimento Interno dessa Casa, em caráter de **urgência urgentíssima**.

Ao ensejo, externamos os votos de elevada estima e distinta consideração.

  
**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**  
Prefeita de Cáceres





ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁ CERES  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007, DE 30 DE JULHO DE 2021**

"Altera o *caput* do art. 338 da Lei Complementar nº 148 de 26 de dezembro de 2019."

**A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁ CERES, ESTADO DE MATO GROSSO:** no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovará e eu sancionarei a seguinte Lei:

**Art. 1º** O *caput* do art. 338, da Lei Complementar nº 148 de 26 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 338.** A Dívida Ativa poderá ser recolhida em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, mediante acordo, após confissão do débito e deferimento do Procurador do Município.  
(...)"

**Art. 2º** Esta lei em vigor na data da sua publicação.

Cáceres/MT, em 30 de julho de 2021.

  
**ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS**  
Prefeita Municipal de Cáceres







**ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO**

**Parecer nº 240/2021**

**Referência:** Processo nº 3.226/2021

**Assunto:** Projeto de Lei Complementar nº 07, de 20 de agosto de 2021

**Autor (a):** Poder Executivo Municipal

**Assinado por:** Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

**I - RELATÓRIO:**

O Projeto de Lei Complementar nº 07, de 20 de agosto de 2021, dispõe sobre a alteração do caput, do art. 338 da Lei Complementar nº 148 de 26 de dezembro de 2019.

*Este é o Relatório.*

**II – DO VOTO DO RELATOR:**

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria da Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, dispondo sobre a prorrogação do prazo de parcelamento dos tributos municipais, regulamentados pelo Código Tributário Municipal.

A redação do artigo 338, do CTB, que se quer alterar prevê que:

“Art. 338. A Dívida Ativa poderá ser recolhida em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, mediante acordo, após confissão do débito e deferimento do Procurador do Município.”





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

O número das parcelas está dentro da razoabilidade, sendo um período mais alongado do que está previsto atualmente, que é de 24 vezes, sendo que o Estado de Mato Grosso, por exemplo, já viabilizou em 2020, o parcelamento de seus impostos (IPVA e ITCD), em até 60 vezes.

Realmente este prolongamento irá possibilitar que o contribuinte obtenha uma parcela menor, viabilizando assim, que ele se regularize perante o Fisco Municipal.

Cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei Complementar nº 07, de 20 de agosto de 2021.

**III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:**

A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei Complementar nº 07, de 20 de agosto de 2021.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2021.

FRANCISCO WELSON  
AMARANTE DOS  
SANTOS:98442007172

Assinado de forma digital por  
FRANCISCO WELSON AMARANTE  
DOS SANTOS:98442007172  
Dados: 2021.08.27 10:52:35 -04'00'

**Manga Rosa**

**PRESIDENTE**

CLODOMIRO DA  
SILVEIRA PEREIRA  
JUNIOR:922843611  
53

Assinado de forma digital  
por CLODOMIRO DA  
SILVEIRA PEREIRA  
JUNIOR:92284361153  
Dados: 2021.08.27 10:47:32  
-04'00'

**Pastor Júnior**

**RELATOR**

**Leandro dos Santos**

**MEMBRO**







**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**  
**COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

**Parecer** n.º 201/2021.

**Assunto:** Projeto de Lei Complementar n.º 007 de 30 de julho de 2021.

**Interessado:** Poder Executivo e Câmara Municipal de Cáceres.

**Assinado por:** Antônia Eliene Liberato Dias.

**I – DO RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei Complementar n.º 007, de 30 de julho de 2021, que altera o *caput* do art. 338 da Lei Complementar n.º 148 de 26 de dezembro de 2019.

Este é o Relatório.

**II – DO VOTO DO RELATOR**

Neste momento analisamos o Projeto de Lei Complementar n.º 007, de 30 de julho de 2021, que altera o *caput* do art. 338 da Lei Complementar n.º 148 de 26 de dezembro de 2019.

Primeiramente, o presente Projeto de Lei, é de competência da Comissão de Economia, Finanças e Planejamento, pois compete a esta opinar: sobre proposições e assuntos que concorram para aumentar ou diminuir tanto a despesa como a receita pública, inclusive os assuntos de competência de outras comissões;

Vejamos a fundamentação legal:





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**  
**COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

Artigo 39. À Comissão de Economia, Finanças e Planejamento compete opinar sobre:

I – proposições e assuntos relativos ao planejamento municipal;

II – projetos de leis sobre Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual do município;

**III – proposições e assuntos que concorram para aumentar ou diminuir tanto a despesa como a receita pública, inclusive os assuntos de competência de outras comissões;**

(...)

Com fundamento na Constituição Federal, que dita que compete aos Municípios, Estados e à União a função de legislar sobre tributos e taxas que lhes interessam diretamente, a presente proposta legislativa tem o objetivo aumentar o prazo de parcelamento da dívida ativa, a fim de facilitar o seu pagamento pelo contribuinte aos cofres públicos municipais.

Acontece que a Lei Complementar no. 148, de 26 de dezembro de 2019, em seu artigo 338, atualmente, permite ao contribuinte devedor da dívida ativa o parcelamento de seu débito em até 24 (vinte e quatro) parcelas.

É explicitado que, diante dos fortes reflexos da pandemia da Covid-19 na economia, o aumento do prazo para pagamento dos débitos tributários e não tributários, junto à Fazenda Municipal, resultará em uma melhor adesão a uma eventual campanha de chamamento desses contribuintes.

Portanto, o dispositivo merece ser alterado, visto que, ainda, irá proporcionar àqueles munícipes de menor poder aquisitivo a oportunidade de quitar os seus débitos, motivo pelo qual a gestão municipal entende que referido parcelamento deverá ser estendido para o prazo de 48 (quarenta e oito) parcelas, mantendo-se as demais disposições

Diante da relevância da proposição que vem fomentar a arrecadação do município de Cáceres, vemos somente benefícios com a presente demanda.







**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**  
**COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

Dessa maneira, o relator, Manga Rosa, baseando-se nos fundamentos acima citados, vota pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 007, de 30 de julho de 2021.

**III - DECISÃO DA COMISSÃO:**

A Comissão de Economia, Finanças e Planejamento, acolhe e acompanha o voto do relator, votando pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 007, de 30 de julho de 2021.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação plenária desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2021.

Isaias Bezerra - (CIDADANIA)  
PRESIDENTE

Manga Rosa - (PSB)  
RELATOR

Valdenir Dutra - (PSC)  
1º SUPLENTE

